

## A EDUCAÇÃO TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO EM CONTABILIDADE E O USO DA TECNOLOGIA EDUCACIONAL – UMA ANÁLISE CURRICULAR DO CURSO DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

### *TECHNICAL EDUCATION AVERAGE LEVEL IN ACCOUNTING THE USE OF EDUCATIONAL TECHNOLOGY - AN ANALYSIS CURRICULUM OF COURSE FEDERAL INSTITUTE OF PARANÁ*

Micheline Paitra Alves dos Santos<sup>1</sup>  
Cristina Maria Ayroza de Freitas<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo analisar o currículo do curso Técnico em Contabilidade Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal do Paraná mediante a análise quantitativa da resposta dos egressos ao levantamento realizado, na perspectiva de apresentar possíveis alternativas curriculares quanto ao uso da tecnologia educacional no aprendizado dos estudantes ingressos neste curso. A abordagem metodológica foi de natureza empírica e descritiva e teve como base a pesquisa bibliográfica e histórica no intuito de desvendar como surgiu e se desenvolveu a educação profissional ao longo dos tempos. Utilizou a técnica Survey para realizar o levantamento e análise qualitativa e quantitativa dos dados e das informações coletadas. A população foi composta por estudantes egressos do curso Técnico em Contabilidade Integrado ao Ensino Médio do Campus Curitiba formados nos anos de 2011 a 2014. Em uma primeira aproximação dos resultados, com relação aos dados analisados foi possível observar que a educação atual ainda está muito ligada aos conceitos pedagógicos tradicionais de ensino, porém, apoia-se nos recursos modernos de suporte ao ensino-aprendizagem, como elementos facilitadores do trabalho do profissional professor e por consequência aproximam e estimulam o aluno ao aprendizado.

**Palavras-chave:** Componentes Curriculares. Curso Técnico. Contabilidade. Tecnologia Educacional.

**Abstract:** This article aims to analyze the curriculum of the Technical Course in Accounting Integrated into the Paraná Federal Institute High School by quantitative analysis of the response of the graduates survey with a view to present possible alternative curriculum on the use of educational technology in student learning tickets in this course. The methodological approach was empirical and descriptive nature and was based on the literature and historical research in order to discover how arose and developed vocational education over time. Survey used the technique to carry out the survey and qualitative and quantitative analysis of the data and information collected. The population consisted of students graduating Technical Course in Integrated Accounting to High School Campus Curitiba formed in the years 2011 to 2014. In a first approximation of the results with respect to the analyzed data it was observed that the current education is still closely linked traditional educational concepts of teaching, however, rests in modern resources to support the teaching and learning as enablers of professional work of the teacher and consequently approach and stimulate student learning.

**Keywords:** Curricular Components. Technical course. Accounting. Educational Technology.

---

<sup>1</sup> Especialista em Educação Profissional de Nível Médio e Técnico. Especialista em Controladoria. Bacharel em Ciências Contábeis e Técnica Contábil. Atua como Servidora Pública em administração pública municipal. E-mail: micheline.paitrasantos@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Educação. Especialista em Formação de Professores em EAD e em Controladoria. Bacharel em Ciências Contábeis e Tecnóloga em Gestão Pública. Professora do Instituto Federal do Paraná e Coordenadora da rede SETEC/MEC. E-mail: cristina.ayroza@ifpr.edu.br

# 1 INTRODUÇÃO

De acordo com o pensamento de Saviani (2007), educação e trabalho fazem parte das atividades humanas e, “o ser do homem e, portanto, o ser do trabalho, é histórico”. No entanto, refletindo sobre o pensamento deste letrado chegamos ao entendimento de que estudar as bases históricas da educação é uma forma de entender os processos ontológicos humanos. Pensar em educação é poder refletir sobre seus processos históricos, sua constituição e seu aperfeiçoamento ao longo dos tempos; é perfazer seus caminhos com vistas a vislumbrar seu futuro, sem deixar de considerar a essência humana como parte desta descoberta. Educação e trabalho carregam uma história e, portanto, o presente artigo buscou primeiramente descrever seus principais acontecimentos no intuito de chegar ao patamar atual de educação, em seus novos moldes e recursos com ênfase naquilo que diz respeito a educação profissional. Nisto, pensou-se empiricamente em buscar compreender a formação curricular do projeto pedagógico do curso técnico em contabilidade, que na instituição estudada faz parte de uma história, a história dos cursos oriundos das aulas de comércio<sup>3</sup>.

Concebendo o trabalho como princípio educativo, na formação contábil, o documento Diretrizes da Educação Profissional (SEED, 2006, p.21) explica que “todas as dimensões educativas que ocorrem no âmbito das relações sociais que objetivam a formação humana nas dimensões social, política e produtiva” podem ser vistas sob aspectos mais amplos da educação. No mesmo documento a Secretaria de Estado da Educação do Paraná reconhece que:

[...] cada sociedade [...] dispõe de formas próprias de educação que correspondem às demandas de cada grupo e das funções que lhes cabe desempenhar na divisão social e técnica do trabalho. O exercício dessas funções [...] abrange as dimensões comportamentais, ideológicas e normativas que lhe são próprias, elaborando a escola sua proposta pedagógica a partir das demandas sociais (SEED, 2006, p.21).

---

<sup>3</sup>As aulas de comércio foram designadas historicamente como as primeiras evidências de ensino público contábil. Nestas escolas, a maior parte do currículo era voltada para o ensino da gestão de negócios ligados à área do comércio, que incluíam entre as principais disciplinas de matemática, pesos e medidas, câmbio, seguros e contabilidade (LIRA, 2011).

Considerando a função social do conhecimento e suas múltiplas oportunidades de aprendizagem entendemos que as tecnologias educacionais criam novos espaços educativos que perpassam as fronteiras escolares, empresariais e domiciliares (GADOTTI, 2005, p.43). Desta forma, buscamos dar consistência a este estudo atribuindo referenciais conceituais e históricos concisos para embasá-lo. Para aprofundá-lo realizamos uma pesquisa junto aos discentes egressos dos anos de 2011 a 2014 do Curso Técnico em Contabilidade do Instituto Federal do Paraná, questionando-os sobre os componentes curriculares e sobre o uso da tecnologia educacional nas disciplinas que eles estudaram. Ao analisar quantitativamente e qualitativamente estes dados buscamos entender a sistemática curricular do curso e apresentar possibilidades aos seus planos didáticos, diante das novas tecnologias de recursos e materiais existentes, que agregam conteúdo aos saberes atuais.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 O Contexto Histórico da Educação Profissional: Enfoque nas Escolas Técnicas e Institutos Federais.**

Até o século XIX a educação profissional esteve voltada para as elites objetivando formar governantes. Neste período, o Estado atuou como promotor das modificações ocorridas na educação de modo que deixou de ser uma instituição classista e organizadora das classes dominantes passando a ser uma instituição promotora das políticas públicas e do bem-estar social. No Brasil, a educação profissional sob a responsabilidade do Estado teve seus primeiros indícios a partir da criação do Colégio das Fábricas de Dom João VI que atendia crianças pobres e abandonadas. Pouco depois, ainda ao longo do século XIX, surgiram diversas instituições voltadas para a iniciação de ofícios e para o letramento. Isto tudo veio a indicar que a educação profissional no Brasil teve sua origem dentro de uma perspectiva de assistencialismo na promoção e amparo dos desvalidos em condições sociais insatisfatórias no intuito de regrá-los a favor dos bons costumes da época. Assim fica claro na origem dessas

instituições os atributos de instrumentos governamentais de caráter moral assistencialista (RAMOS, 2011b).

O enfoque profissional da educação, porém ainda sem deixar seu cunho assistencialista, se deu somente no início do século XX com a intenção de preparar os operários para o exercício laboral (ANTONIAZZI, 2012). Portanto, por volta de 1909, o presidente Nilo Peçanha criou as Escolas de Aprendizes e Artífices, que promovia pobres e desvalidos, na intenção de preparar profissionais para atendimento das necessidades da agricultura e da indústria (RAMOS, 2011b). Mais tarde, no decorrer da década de 30, o desenvolvimento industrial impulsionou a política e a economia, gerando reflexos na educação brasileira que passou a preparar trabalhadores para as necessidades de expansão industrial. Deste modo, a relação entre educação e trabalho tornou-se mais explícita, deixando exclusiva a formação integral do indivíduo, mediante as necessidades econômicas de qualificar trabalhadores, essenciais da época (RAMOS, 2011b).

Por volta do ano de 1934 o governo brasileiro declarou em constituição a sua responsabilidade pelo ensino secundário (RAMOS, 2011b). Logo, em 1937, na constituição brasileira deu-se maior destaque ao ensino técnico, profissional e industrial instituindo-o de forma obrigatória por parte das indústrias e sindicatos. Neste mesmo ano, por meio da Lei 378, o governo transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais, mantendo-as sob domínio do Estado que as auxiliava e subsidiava. Ainda neste período, declarou-se ser de responsabilidade das indústrias e dos sindicatos econômicos criar escolas destinadas ao ensino de ofícios aos filhos de operários e associados (BRASIL, 2009).

Diante desta cronologia, pouco mais tarde, a educação regular brasileira passou a estruturar-se em dois níveis: o básico (primário e secundário) e o superior. Com a instituição das Leis Orgânicas da Educação Nacional a Educação Profissional criou legalidade promovendo maior qualificação dos trabalhadores a partir da década de 40. A educação profissional constituía-se por cursos normais, industriais e comerciais técnicos e agrotécnicos que não auxiliavam na entrada ao ensino superior (ANTONIAZZI, 2012). Após a separação entre o ensino básico e o técnico o Decreto 47.038/59 promove as

Escolas Técnicas, como componentes do sistema de ensino técnico das redes federais, intensificando a formação de técnicos como mão-de-obra fundamental a propulsão do sistema industrial (BRASIL, 2009).

Dos anos 1956 a 1961 a formação de profissionais que atendessem os objetivos de desenvolvimento do país foi priorizada (BRASIL, 2010). Dez anos após, a Lei 5.692/71 de Diretrizes e Bases da Educação – LDB tornou obrigatório o ensino técnico nos currículos dos cursos de segundo grau, fazendo com que o número de cursos aumentasse gradativamente (BRASIL, 2009). Essas medidas foram consideradas significativas para a economia do país e como ponto de maior impacto no ensino secundário demonstraram associação aos modelos capitalistas de produção. Nisto, a forma de acesso ao ensino superior foi relegada elevando a face propedêutica do ensino técnico (RAMOS, 2011b).

Ao ser sancionada a Lei 9.394/1996, considerada a segunda LDB, a educação profissional destacou-se ganhando um capítulo próprio na legislação. Posteriormente, o Decreto 2.208/97 surge com uma proposta de reformulação da educação profissional. Neste âmbito, a educação profissional e as formações para o trabalho passaram a ser orientadas por programas que capacitavam em massa e as escolas de nível técnico passaram a oferecer cursos técnicos concomitantes ou sequenciais destinados aos trabalhadores com baixos níveis de escolaridade (ANTONIAZZI, 2012). O mesmo decreto 2.208 de 1997 veio regulamentar o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP que teve por vistas financiar a reforma educacional no sentido de transformar as instituições federais de educação tecnológica em centros federais de educação e expandir a educação profissional de modo a integrar as instituições com o mercado de trabalho (RAMOS, 2011a).

Em consequência surge a chamada “Reforma da Educação Profissional, com fortes reflexos nas escolas federais de educação profissional do país”. (BRASIL, 2008, p.15). Com isto, por volta dos anos 1990 e 2000 a ideologia da empregabilidade difundiu a ideia de que, quanto mais capacitado o trabalhador, maiores as suas chances de ingressar e ou permanecer no mercado de trabalho (RAMOS, 2011b, p.70).

Nisto, os trabalhadores passaram a retornar as escolas e exigir melhorias nas condições de estudos, porém, tinham que arcar com seus custos diante das poucas vagas disponíveis na rede pública, pois o Estado focalizava em ações para o ensino fundamental e médio (RAMOS, 2011b). “Mais tarde no ano de 2003, com o governo federal, são editadas novas medidas para a educação profissional” (BRASIL, 2008, p.15-16).

Em 2004, o decreto 2.208/97 foi revogado e substituído pelo decreto 5.154/04 no intuito de restabelecer uma política de educação profissional com a educação básica (RAMOS, 2011b).

Em 2005, com a publicação da Lei 11.195/05, ocorre o lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a construção de 64 novas unidades de ensino (BRASIL, 2009, p. 5).

No campo da escolarização e profissionalização, o Estado consolidou a expansão das políticas educacionais assumindo, portanto, “o ideário da educação como direito e da afirmação de um projeto societário que corrobore uma inclusão social emancipatória” (BRASIL, 2010, p.14-15). Neste âmbito, a promessa de educação por parte do Estado foi a de abranger grandes extensões territoriais para elevar os padrões de qualidade educacionais e garantir a formação integral e emancipação dos indivíduos. Também fez parte deste projeto, a ampliação do número de escolas federais de educação profissional e tecnológica iniciada em 2006. Logo em seguida, no ano de 2007, a expansão deu-se em continuidade onde foram implantadas mais unidades de ensino em cada cidade-polo do país, sendo ofertadas cerca de 180 mil vagas de educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2010).

O decreto 6.095/07 veio estabelecer as diretrizes para a integração de instituições federais de educação tecnológica, de modo a contribuir para a implantação de um novo setor educacional denominado de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Este decreto proporcionou em seu texto a reorganização de algumas instituições de âmbito federal e assim o art. 3 veio especificar que o processo de integração viria agregar de maneira voluntária os Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFET, as Escolas Técnicas Federais - ETF, as Escolas Agrotécnicas Federais - EAF e Escolas Técnicas

vinculadas às Universidades Federais para transformá-las nos atuais Institutos Federais (BRASIL, 2007).

Dentre as instituições federais paranaenses agregadas à nova instituição esteve a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná fundada pelos sócios Verien Deutsche, Gottlieb Mueller e Augusto Gaertner, que teve sua origem na escola alemã em 1969 com o objetivo de atender os filhos dos colonizadores alemães instalados na cidade de Curitiba. Após a primeira guerra mundial e o enfraquecimento dos alemães, a comunidade brasileira passou a ocupar a escola em uma medida de nacionalização e transformação da instituição no Colégio Progresso; fato este promovido pelo professor Fernando Augusto Moreira no ano de 1914, primeiro diretor e promotor do caráter público da instituição. Conforme dados históricos, o Colégio Progresso foi extinto no ano de 1943 e seu patrimônio e estudantes foram transferidos para diversas instituições de ensino, deixando como legado seu “Curso Comercial” que mais tarde viria a ser o ponto de partida da história do Instituto Federal do Paraná – IFPR. Nas décadas de 40 a 70, o antigo Colégio Progresso passou a denominar-se Escola Técnica de Comércio anexa a Universidade Federal do Paraná. Nos anos 90, ganhou o título de Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná e veio integrar a própria Universidade Federal elevando-se, pouco depois, a categoria de Setor da UFPR (MORETO; MENGATTO, 2011).

A partir de 2007, parte do corpo docente da instituição Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná - ETUFPR começou a trabalhar em função dos Institutos Federais, passando a integrarem-se posteriormente ao quadro funcional desta nova instituição. Sendo assim, atualmente, parte dos cursos e dos docentes encontram-se no Instituto Federal do Paraná e outra parte permaneceu nas antigas ocupações físicas da Escola Técnica da UFPR - ETUFPR que foram transformadas em uma nova unidade da UFPR; o Setor de Educação Profissional e Tecnológica – SEPT (MORETO; MENGATTO, 2011). Um dos cursos migrados para o Instituto Federal do Paraná foi o Curso Técnico em Contabilidade, objeto deste estudo.

No ano de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 11.892 que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

(IFET) e também instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica vinculada ao Ministério da Educação e constituída por instituições federais de ensino. Esta lei destaca os Institutos Federais como centros de excelência no ensino das ciências e teve como principal objetivo a oferta de educação profissional e tecnológica em diversos níveis e modalidades, além de promover “a verticalização da educação profissional básica até a superior” (OTRANTO, 2010). Assim os Institutos Federais podem ser considerados “[...] instituições que apresentam uma estrutura diferenciada, uma vez que foram criadas pela agregação/transformação de antigas instituições profissionais” (OTRANTO, 2010, p.2).

Quanto ao modelo de estrutura organizacional dos Institutos Federais, Fernandes (2009) destaca que além de verticalizado, compreende um modelo departamental em vários níveis, não existindo uma forma de articulação entre as suas unidades de ensino, não sendo estas tão adequadas à proposta de gestão, entendendo-se que o dinamismo de integração entre os *campi* deverá ocorrer por meio da reitoria para que de modo inovador possa-se viabilizar o funcionamento e organização destas instituições. Assim, com esta realidade de enfoque sistêmico o Instituto Federal passou a destacar-se como

um conjunto de Unidades com gestão interdependente entre os *campi* e a reitoria, integrados por princípios institucionais estratégicos, inclusive projeto político-pedagógico único, com foco na justiça social e equidade (FERNANDES, 2009, p.6).

Diante de uma realidade mais atual, e das significativas mudanças nas instituições que aderiram à proposta governamental, “o Instituto Federal é, hoje, mais que um novo modelo institucional, é a expressão maior da atual política pública de educação profissional brasileira” (OTRANTO, 2010, p.13).

## **2.2 O Eixo Tecnológico: O Ensino Técnico em Contabilidade e as Abordagens Educacionais**

Em 2008 o então ministro da educação Fernando Haddad veio autorizar na Portaria nº870 um documento único com vistas à consolidação de um referencial comum para a proposta de cursos técnicos de nível médio do país.

Neste, aprova por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio que vem propor uma política de sistematização, orientação e organização para estudantes e instituições de ensino na oferta dos cursos técnicos de nível médio no país. Este catálogo procurou agrupar os cursos conforme suas características em eixos tecnológicos com diversas possibilidades de cursos com denominações adotadas nacionalmente para cada tipo de formação, observando-se a possibilidade de currículos em diferentes linhas formativas e suas peculiaridades regionais (BRASIL, 2008b).

Posteriormente no ano de 2012, o Ministério da Educação por meio do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica publicou a resolução nº 6 que passou a definir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Neste documento, foram definidos os princípios e critérios básicos a serem observados pelos sistemas de ensino e pelas instituições de ensino públicas e privadas (BRASIL, 2012a, p.1). Para tanto, esta resolução esclarece em seu art. 2º que a Educação Profissional e Tecnológica se separa em cursos que abrangem I - formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II - Educação Profissional Técnica de Nível Médio; III - Educação Profissional Tecnológica, de graduação e de pós-graduação. Já o seu art. 3º especifica que as formas de desenvolvimento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio são a articulada e subsequente, sendo que a primeira pode ser integrada ou concomitante a Educação Básica (BRASIL, 2012).

Sendo assim, a Resolução nº6 em seu artigo 6º, declara que a Educação Profissional Técnica de Nível Médio passa a ter entre seus princípios, a formação integral do estudante por meio da articulação entre a formação de nível médio e a formação para o trabalho; a perspectiva de desenvolvimento do ser para a formação para a vida pessoal e profissional; o trabalho como princípio educativo atrelado a ciência, tecnologia e cultura; articulação da educação básica com a educação profissional e tecnológica por meio de uma proposta político-pedagógica e desenvolvimento curricular que integrem saberes específicos e a pesquisa; a união entre educação e prática social e da teoria e da prática em um contexto de aprendizagem;

interdisciplinaridade curricular e prática nas estratégias pedagógicas educacionais que envolvam as múltiplas dimensões dos eixos tecnológicos do curso bem como de sua ciência e tecnologias; além do reconhecimento dos sujeitos no processo educativo, como seres sociais, mediante suas capacidades ou privações, entre outros, sempre mantendo o respeito constitucional e legal diante do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas (BRASIL, 2012, p.1).

Por meio da Resolução CNE/CEB nº4 de 06 de junho de 2012, o Conselho Nacional de Educação alterou a Resolução CNE/CEB nº3/2008 atualizando o catálogo proposto anteriormente. Atualmente, este catálogo está disponível no sitio do Ministério da Educação e conta com treze eixos tecnológicos e duzentos e vinte cursos. Dentre estes se encontra o eixo denominado Gestão e Negócios, que veio abranger as áreas de planejamento, avaliação e gerenciamento de pessoas e processos voltados a negócios e serviços das organizações públicas e privadas de diversos ramos de atuação.

No eixo Gestão e Negócios, destaca-se como alvo deste estudo, o curso Técnico em Contabilidade, originado dos antigos cursos da área do comércio instituídos em época passada pelo Decreto nº 17.329 de 28 de maio de 1926 no estado do Rio de Janeiro em âmbito federal.

Conforme pesquisa histórica, o Decreto nº 20.158 de 1931 veio regulamentar o ensino comercial dividindo-o nos níveis propedêutico, técnico e superior. O nível técnico ramificado era denominado de secretário, guarda-livros e administrador-vendedor com duração de dois anos e atuário e perito contador com duração de três anos (PELEIAS *et al*, 2007).

Hoje, com o pensamento de que a Educação Profissional não é mais um instrumento político assistencialista com características de formar apenas para a execução de um conjunto de tarefas e sim proporcionar ao educando conhecimento científico agregado a compreensão global dos saberes nos processos e decisões do mundo do trabalho, e entendendo o papel significativo da ciência contábil no processamento de informações econômico financeiras das organizações, há uma preocupação com a formação integral dos discentes, vista pelo seu aspecto humano e profissional. Desta forma, a preparação de profissionais se respalda na formação social e profissional de

cidadãos críticos e reflexivos para o mundo do trabalho que poderão contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade (BRASIL, 2010).

Isto confere pensamento semelhante a que a profissão contábil destaca.

Pois,

o objetivo principal da contabilidade [...] é fornecer informação econômica, física, de produtividade e social relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança (IUDÍCIBUS, 2006, p.32).

Sendo assim, o discente deverá ser formado com senso crítico e reflexivo de modo a contribuir com a tomada de decisão das organizações a que vier prestar seus serviços diante de suas necessidades evolutivas, pois

o grau de desenvolvimento das teorias contábeis e de suas práticas está diretamente associado, na maioria das vezes, ao grau de desenvolvimento comercial, social e institucional das sociedades, cidades ou nações (IUDÍCIBUS, 2006, p.35).

No entanto, a contabilidade é uma ciência remota que acompanhou a evolução dos patrimônios, ou seja, desenvolveu-se juntamente com o pensamento humano, com a sociedade. O que propiciou seu impulso potencializou seu uso e aumentou sua eficácia foi o surgimento do capitalismo. Também, através dos tempos, pode-se verificar que o avanço contábil esteve associado ao progresso econômico, social e institucional de cada sociedade e para tanto, entender a evolução das sociedades em suas necessidades econômicas informativas se faz necessário para entender e definir os objetivos da contabilidade (IUDICIBUS, 2006).

Com o advento das modernas tecnologias há uma perspectiva de que vivemos na era da informação (PEREIRA, 2011). Esta perspectiva se confirma na literatura pelos conceitos de redes e cibercultura que estão presentes nos discursos dos governantes, nos pressupostos e justificativas de políticas para a educação, em especial nos programas de formação de trabalhadores. Neste contexto surge a teoria de que

um movimento geral de virtualização afeta hoje não apenas a informação e a comunicação, mas também os corpos, o funcionamento econômico, os quadros coletivos da sensibilidade ou o exercício da inteligência (LÉVY, 1996, p.11).

Isto nos convém pensar que mudanças vêm ocorrendo nas técnicas, impulsionadas por novos modos de pensar, em uma economia que solicita novos meios de produzir seu capital.

No entanto, relembando a teoria marxista que diz que o operário vende sua força trabalho em troca de um salário, o trabalhador contemporâneo vende sua competência agregada a sua capacidade de aprender e inovar em contextos imprevisíveis e invariáveis e não mais a sua força de trabalho, como sugeria a teoria de Marx. (LÉVY, 1996). As novas empresas baseiam-se no indivíduo, ou seja, no trabalhador que detém o conhecimento e com isto estas empresas ampliam suas riquezas por meio do “trabalho conceitual das pessoas, que trabalham em rede (ou grupos), cada qual em sua especialidade” (PIVA JR, 2013, p.5).

Neste cenário, as políticas educacionais foram criadas para dar meios de inserção da educação num contexto de virtualização (PEREIRA, 2011). A palavra “virtual” composta de conceitos técnicos, correntes e filosóficos que se distinguem, se liga a informática, as coisas intangíveis e também a uma segunda dimensão da realidade; a que se encontra antes da concretização efetiva (LÉVY, 1999). Diante disto, sobre o futuro dos sistemas educacionais, constata-se que existe muita velocidade de surgimento e renovação dos saberes, ou seja, “[...] pela primeira vez na história da humanidade, a maioria das competências adquiridas por uma pessoa no início de seu percurso profissional estarão obsoletas no fim de sua carreira” (LÉVY, 1999, p.157). Também, “à nova natureza do trabalho, cuja parte de transação de conhecimento não para de crescer. Trabalhar quer dizer cada vez mais, aprender, transmitir saberes e produzir conhecimentos”. Assim, conforme Lévy define, o ciberespaço, ou seja, o espaço de comunicação que liga a rede mundial de computadores, “suporta tecnologias intelectuais que amplificam, exteriorizam e modificam numerosas funções cognitivas humanas” (LÉVY, 1999, p.157).

Neste contexto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 9.394/96, abriu espaço para a educação a distância - EaD, o que possibilitaria posteriormente, no ano de 1997, a criação de Núcleos de Tecnologia da Informação agregados ao Programa Nacional de Informática na Educação –

Proinfo. Desta forma, passaram-se nos anos posteriores a discutirem as dificuldades de acesso à educação e seus potenciais de equacionamento mediante o uso das tecnologias de informação e comunicação – TICS. No ensino presencial, foram sendo construídas concepções pedagógicas que viessem ao encontro das novas possibilidades de inclusão de práticas concernentes com a era da informatização e virtualização, com o auxílio de tecnologias educacionais que possibilitassem novas abordagens nos processos de ensino-aprendizagem.

Sabendo-se que historicamente o homem passou a utilizar instrumentos que pudessem auxiliá-lo nas suas ações tornando-as mais produtivas, econômicas e eficientes atuando mais tecnologicamente com o auxílio de determinadas máquinas (PIVA JR., 2013), o computador tem sido utilizado cada vez mais nas atividades humanas mediante a flexibilidade de suas diversas aplicações. Suas diversas utilidades tornam este equipamento muito conhecido por sua maneira de realização de tarefas de forma rápida e sistemática. (PIVA JR., 2013).

Na área da educação, tem-se propiciado a criação de recursos tecnológicos que se disponham a auxiliar o discente na busca por conhecimentos práticos que, podem tornar-se obsoletos em pouco tempo devido a sua grande velocidade de desenvolvimento (PIVA JR, 2013). Desta forma, o computador tem sido muito utilizado na área educacional, pois produz informações de forma rápida e de acordo com o contexto social vigente. Assim, o software torna-se a “alma” do computador, pois é por meio dele o computador toma vida. Deste modo, o software como auxílio no processo de ensino-aprendizagem torna-se o meio capaz de resolver problemas propostos a fim de ampliar o desenvolvimento do aluno diante de seus processos cognitivos.

### **2.3 O Projeto Pedagógico e o Componente Curricular do Curso Técnico em Contabilidade do Instituto Federal do Paraná**

A contabilidade é uma ferramenta auxiliar que objetiva dar suporte e suprimento as necessidades informacionais econômico-financeiras dos

gestores de diversas organizações. Diante disto, os cursos na área contábil buscam agregar saberes capazes de ajudar os estudantes a se adequarem as exigências do mercado de trabalho.

Conforme parecer do Conselho Nacional de Educação nº 11 de 09 de maio de 2012 – CNE 11/12, partindo do pressuposto de que a Educação Profissional necessita de ter além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões no mundo do trabalho o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Contabilidade Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal do Paraná destaca que o curso constituiu-se com o pensamento no desenvolvimento humano e profissional dos discentes e tem como um de seus objetivos contribuir com a formação integral em nível médio, de forma a inserir profissionalmente os estudantes deste curso no mundo do trabalho.

Veiga (2002) conceitua o projeto pedagógico pelo seu sentido etimológico indicando ser um planejamento daquilo que se tem a realizar; antecipação do futuro diferente do que se tem no presente de modo que este não seja um documento que será elaborado e engavetado, mas que vá além dos simples agrupamentos de atividades e planos de ensino, servindo para a vivência diária dos envolvidos no processo educativo escolar. Gaeta e Masetto (2013) definem o projeto pedagógico como um documento, importante e fundamental, que promove a integração entre áreas de conhecimento, sendo este muito mais do que um compêndio de informações administrativas e burocráticas; oferecendo elementos essenciais para o direcionamento de competências e orientação para uso pedagógico diverso.

Neste sentido, podemos entender o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Contabilidade Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal do Paraná – Campus Curitiba como um instrumento de organização e direcionamento das metas pedagógicas. Este, por sua vez visa atender os objetivos do curso de modo que seja seguido de maneira crítica e reflexiva pelos envolvidos no processo educativo, e de forma ampla como meio de organização dos espaços de aula e dos espaços escolares como um todo.

Quanto ao currículo, Veiga (2002) destaca que este é parte de uma construção social do conhecimento e um elemento constitutivo da organização escolar não sendo um instrumento neutro, pois demonstra nele a ideologia escolar diante de todo um contexto social, porque é histórico e culturalmente determinado. Gadotti (2005) destaca que o currículo é intertranscultural, ou seja, é peça nos muito fazeres existente numa escola e numa sociedade diante dos diversos modelos culturais. Também, o currículo é:

[...] antes de mais nada, um campo de reflexão e, ao mesmo tempo, uma noção complexa. Currículo (caminho, percurso, movimento, viagem, processo, vida, história, história de vida pessoal e institucional, autobiografia...) é uma relação intertranscultural, assim como a vida é relação. [...]. O currículo deve ser educativo. A educação começa por um ato de relação, um encontro. Currículo é projeto, utopia, sonho. [...]. Currículo é também relação de poder, porque é território, espaço de conflitos, implica opções, decisões. Reorienta-se o currículo por meio de parcerias e alianças, no coletivo. Currículo é texto, discurso, documento, documento de identidade da escola, da Secretaria, das pessoas... Currículo é parâmetro, diretriz, política. Currículo é conteúdo programático, área de conhecimento. Implica uma teoria do conhecimento (uma teoria do currículo). Discutir o currículo é discutir um projeto eco-político-pedagógico; é discutir a própria educação que queremos, a nossa educação como sujeitos. O currículo é inseparável do projeto; é inseparável do processo educativo, é inseparável do projeto de ser humano e de sociedade. (GADOTTI, 2005, p. 47-48)

Diante de toda esta amplitude de concepções expostas por Gadotti definem-se os componentes curriculares do curso Técnico em Contabilidade Integrado do Instituto Federal, dentro de sua carga horária composta de 4.000 horas aula, ou seja, um tempo de duração de três anos, que é organizado entre disciplinas do ensino médio (2.800 horas aula) e específicas do curso Técnico em Contabilidade (1.200 horas aula), acrescidas 200 horas destinadas a estágio supervisionado obrigatório.

Entendemos as disciplinas do núcleo comum, não somente sobre sua perspectiva de obrigatoriedade, mas com relação aquilo que a faz ser uma camada integrante e importante dos currículos de nível médio, ou seja, concordamos que “a parte de educação geral se destina a transmitir uma base comum de conhecimentos indispensável a todos na medida em que espelhe o Humanismo dos dias atuais” (CHAGAS, 1993, p.10). Já as disciplinas específicas do curso, consideramos serem aquelas que instrumentam o aluno ao exercício laboral, ou conforme define Chagas (1993, p.10): “a parte de

formação especial que por sua vez, terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, [...] e de habilitação profissional".

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A abordagem metodológica de natureza empírica e descritiva teve como base a pesquisa bibliográfica e histórica no intuito de desvendar como surgiu e se desenvolveu a educação profissional ao longo dos tempos. Assim, foram utilizadas referências que pudessem embasar o estudo de acordo com o tema abordado. A técnica Survey foi utilizada para realizar o levantamento quantitativo e análise qualitativa dos dados e das informações coletadas.

O universo da pesquisa foi composto por discentes egressos do curso Técnico em Contabilidade do Instituto Federal do Paraná Campus Curitiba dos anos de 2011 a 2014. De todos estes alunos, apenas uma amostra de trinta e dois discentes efetivamente participaram da pesquisa. Isto se deveu pela não adesão da pesquisa por alguns estudantes contatados que fez com que a amostra analisada se tornasse menor do que a esperada. Deve-se ao fato da impossibilidade de todos serem contatados e mesmo diante da aceitação da pesquisa, alguns não a responderam.

Um primeiro contato com estes estudantes foi realizado via telefonema de forma a coletar seus e-mails para encaminhar os questionários *on-line*. O questionário encaminhado aos discentes foi composto de cinco partes distintas denominadas de identificação, conteúdo disciplinar, sistema acadêmico, utilização de sistemas de informações e opinião; onde eles puderam informar seus dados, opinar sobre os componentes curriculares e informar sobre a utilização da tecnologia em sala de aula.

### **4 ANÁLISE DESCRITIVA E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Compreendendo que o curso Técnico em Contabilidade em questão busca formar jovens de modo a habilitá-los a ingressar no mundo do trabalho com visão cidadã, crítica-reflexiva, com responsabilidade social para contribuir no desenvolvimento social das comunidades, este estudo buscou

analisar o currículo do curso e a resposta dos egressos ao levantamento quantitativo realizado na perspectiva de sugerir melhorias curriculares quanto ao uso da tecnologia educacional no aprendizado dos estudantes ingressos neste curso.

Levando-se em consideração os princípios que norteiam a educação profissional, buscou-se identificar por meio de um questionário algumas respostas dos estudantes egressos que pudessem trazer visão de itens que garantam a melhoria e a facilidade no aprendizado destes estudantes, principalmente no que tange a superação de supostas barreiras na entrada no mundo de trabalho. Isto levou ao enfoque das Tecnologias Educacionais como métodos facilitadores do aprendizado das gerações atuais de estudantes.

Quanto ao perfil dos respondentes, eles são jovens e adultos que estão na faixa etária dos 15 aos 30 anos e em grande parte estão atualmente cursando o ensino superior. Sendo que cinquenta por cento afirmou ter concluído o curso técnico integrado no ano de 2011. Do total dos respondentes, 40% não trabalha atualmente e dos que trabalham, 30% estão ligados à área contábil ou a áreas correlatas ao seu campo de estudo como, por exemplo, departamentos financeiros, recursos humanos ou a área de tributos. Todos os egressos que responderam que trabalham na área contábil, também responderam que utilizam sistemas de informações para execução de suas atividades laborais.

No questionário também propomos investigar sobre as disciplinas estudadas no curso. Nisto, buscamos saber se dentre as disciplinas práticas e de núcleo específico os estudantes utilizaram computadores e sistemas de informações educacionais contábeis (softwares) durante as aulas. Embasamos esta escolha justificando-a no pensamento de Piva Jr (2013) que menciona que a tecnologia pode ser utilizada como “coadjuvante” no processo de ensino. Assim, o computador pode ser uma alternativa “meio” neste processo; uma ferramenta utilizada no auxílio do processo de ensino-aprendizagem que ajuda na preparação para a vida, para o hoje e o amanhã. Os softwares educacionais de simulação são alternativas muito bem aproveitadas na área contábil, pois possibilitam ao aluno

manipular situações que imitam as reais ou aproximam-se delas, por meio de mecanismos que reproduzem esta realidade. [...] criam modelos computadorizados de sistemas reais ou imaginários com a finalidade de levar os alunos a aprender por meio da prática (PIVA JR, 2013, p. 42).

Desta forma, quando perguntamos sobre o uso de sistemas informatizados nas aulas, em sua grande maioria, os estudantes confirmaram tê-los utilizado nas disciplinas de núcleo específico, em especial na disciplina de Prática Contábil (TCC), onde conforme ementa curricular os estudantes deveriam aplicar todo o conhecimento adquirido durante o curso no TCC em um contexto de mercado atual. O plano de ensino da disciplina demonstrou ter sido utilizado um software educacional contábil distribuído em módulos. Neste os estudantes tinham como meta o desenvolvimento de atividades que envolviam simulações de situações reais que os profissionais contábeis enfrentam em sua rotina de trabalho, como por exemplo, a criação e abertura de uma empresa e o lançamento de fatos contábeis, entre outros desafios.

Para tanto, em um segundo questionamento realizado a respeito do software contábil utilizado na disciplina de Prática, 66% dos discentes afirmaram que o software foi muito útil para facilitar os lançamentos. Já para 50% dos deles o software ajudou a compreender a técnica contábil e para 47% dos respondentes o sistema facilitou a emissão de relatórios. Outros, em quantidade não muito significativa, mencionaram a ajuda do software no cálculo de impostos e na abertura e fechamento da empresa. Diante disto, quanto à linguagem das informações que o software apresentou, mais de 25% dos egressos a descreveram como manipuláveis, oportunas e precisas, ou seja, supostamente a consideraram de fácil movimentação e manipulação, acessadas no momento certo e com rigor no registro.

Quanto ao interesse dos estudantes na utilização do software e o período do curso que eles gostariam que fosse utilizado, 50% dos estudantes consideraram ser viável a sua utilização desde o primeiro ano do curso e 38% deles em todos os períodos do curso, ou seja, também desde o primeiro período. O restante, 13%, gostariam de deixar como está, utilizando-o somente no último período, conforme planejamento atual. Ademais, os estudantes pesquisados, consideram que gostariam de utilizar softwares educacionais específico para atividades contábeis em outras disciplinas do curso.

Dentre as disciplinas estudadas, foram citadas em ordem decrescente de pontos: Contabilidade de Custos (21 pts), Contabilidade Empresarial (20 pts), Análise das Demonstrações Contábeis (18 pts), Contabilidade Tributária (17 pts), Contabilidade Introdutória (16 pts), Contabilidade Pública (14 pts). Esta questão deixava aberta a possibilidade de os estudantes escolherem mais de uma disciplina, no entanto não poderia ser deixada em branco.

Ainda, 72% do total de discentes egressos participantes da pesquisa consideraram que conseguem aprender mais quando recursos convencionais como o quadro de giz, textos, figuras, gráficos e mapas são utilizados em aula o restante disse aprender com mais facilidade com os recursos audiovisuais como os computadores e televisão. Por fim, os estudantes mencionaram em sua grande maioria que o estudo de contabilidade deve contar com a ajuda do professor e que o aprendizado da teoria e a técnica contábil também deve estar acompanhado da utilização de recursos visuais e audiovisuais.

## **5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

Perfazendo a história entendemos que a educação para o trabalho deixou o seu cunho assistencialista e de caráter de formação parcial, voltado para as necessidades econômico industriais do país e passou a ser uma educação com princípios voltados prioritariamente para a formação integral e emancipação do indivíduo. Nisto, as novas legislações voltadas a educação trouxeram ares de modernidade aos seus escritos, incluindo textos capazes de acompanhar as demandas sociais atuais voltadas para um mundo de virtualização. Para tanto, as instituições de ensino, mediante suas histórias e interesses de formação dos estudantes, incluíram em seus currículos disciplinas que agregassem formação condizente com o mundo do trabalho. Para tanto os materiais utilizados de apoio ao professor nas disciplinas também se remodelaram tornando seus planejamentos de aula condizentes com o perfil de estudantes.

Mediante a compreensão dos resultados descritivos desta pesquisa e levando-se em consideração a trajetória histórica da educação profissional, bem como a da instituição estudada e em especial a verificação dos

componentes curriculares propostos no projeto pedagógico do curso abordado, pode-se concluir que a educação atual ainda está muito ligada aos conceitos pedagógicos tradicionais de ensino, porém apoia-se nos recursos modernos de suporte ao ensino-aprendizagem, como elementos facilitadores do trabalho do profissional professor. Estes recursos ou tecnologias educacionais por consequência do trabalho do professor têm como objetivo aproximar o aluno dos componentes curriculares e estimulá-lo ao aprendizado.

Ao contrário do pensado empiricamente ao iniciar esta pesquisa, concluímos que os discentes egressos participantes ainda preferem a explicação do professor aos recursos tecnológicos na hora de aprender, mas aproveitam-se dos recursos tecnológicos educacionais para suporte aos estudos e absorção de saberes. Assim, este estudo não se compraz em comprovar o quanto os estudantes aprendem dos conteúdos curriculares utilizando as tecnologias educacionais, ou especificamente, neste caso os softwares simuladores de realidades contábeis, porém, pretende trazer visão clara, não somente para a área contábil, mas para os educadores, tecnólogos e interessados de outras áreas de que os materiais, recursos, ou melhor, dizendo a tecnologia agrupada à educação é muito válida como suporte ao trabalho do professor e ao aprendizado dos estudantes.

No caso desta pesquisa, torna-se importante esclarecer que quanto ao objetivo deste trabalho, ao analisar as respostas dos discentes ao questionário, torna-se possível propor como melhoria curricular deste curso a realização de um planejamento para que a tecnologia educacional ligada aos softwares simuladores contábeis fosse utilizada com maior tempestividade, ou seja, desde os primeiros anos do curso e que mais disciplinas do curso aproveitassem o uso das tecnologias educacionais, visto que há interesse dos estudantes em utilizá-la e desta forma os educadores poderiam utilizar-se destes materiais como uma nova técnica e beneficiar-se da “quebra de rotina” e proatividade que as tecnologias trazem para extrair motivação dos estudantes e estimulá-los ainda mais ao aprendizado, até porque a utilização de softwares contábeis para desempenho das atividades de trabalho é muito frequente na rotina dos profissionais contabilistas.

Gaeta e Masetto (2013, p. 81) ajudam-nos a justificar este pensamento quando falam que “novas técnicas desenvolvem a curiosidade dos alunos e os instigam a buscar por iniciativa própria as informações de que precisam para resolver problemas ou explicar fenômenos que fazem parte de sua vida profissional”. Nisto a concordância de que quanto mais próximo for o aprendizado da realidade profissional vivenciada pelo aluno maior será seu aprendizado para a vida prática estando ele já inserido ou na perspectiva de adentrar no mundo do trabalho.

## REFERÊNCIAS

ANTONIAZZI, M. R. F. A educação profissional no contexto da sociedade capitalista brasileira: análise a partir do método crítico-dialético. **Revista Entreideias**. Salvador, v. 1, n. 2, p. 127-145, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/download/6634/857>> Acesso em: 29 mai. 2015.

BRASIL. Decreto 17.329 de 28 de maio de 1926. **Approva, o regulamento para os estabelecimentos de ensino tecnico commercial reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal**. Rio de Janeiro. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17329-28-maio-1926-514068-republicacao-88142-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17329-28-maio-1926-514068-republicacao-88142-pe.html)>. Acesso em: 27 jun. 2015.

BRASIL. Decreto nº 6.095 de 24 de abril de 2007. **Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm)> Acesso em: 18 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Concepção e diretrizes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília: MEC/Setec, 2008a. Disponível em: <[https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/livreto\\_institutos.pdf](https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/livreto_institutos.pdf)> Acesso em: 07 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica. Concepções e Diretrizes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília: MEC/Setec, 2010. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=comdocman&view=download&alias=6691-ifconcepcaoediretrizes&category\\_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=3019](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=comdocman&view=download&alias=6691-ifconcepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=3019)> Acesso em: 07 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf)>. Acesso em: 31 mai. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. 2008b. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/catalogo\\_tecnicos.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/catalogo_tecnicos.pdf)>. Acesso em: 27 jun. 2015.

BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº 6 de 20 de setembro de 2012a. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Disponível em: <<http://mobile.cnte.org.br:8080/legislacao-externo/rest/lei/51/pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº4 de 06 de junho de 2012b. **Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio**. Disponível em: <[pronatec.mec.gov.br/cnt/pdf/resolucao\\_4.Pdf](http://pronatec.mec.gov.br/cnt/pdf/resolucao_4.Pdf)>. Acesso em: 27 jun. 2015.

BRASIL. Parecer CNE/CEB Nº11 de 09 de maio de 2012. **Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category\\_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 27 jun.15

CHAGAS, V. Núcleo Comum para os Currículos do Ensino de 1º e 2º Graus. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.74, n. 177, p.385-423, maio/ago. 1993. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/354/359>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

FERNANDES, F. C. M. Gestão dos institutos federais: o desafio do centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica. **HOLOS**, ano 25, v. 2, 2009. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/267/187>> Acesso em: 07 jun.2015

GADOTTI, M. Informação, conhecimento e sociedade em rede: Que potencialidades? **Revista Educação, Sociedade e Culturas**, n. 23, p. 43-57, 2005. Disponível em: <<http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC23/23-Moacir.pdf>> Acesso em: 28 jul. 2015.

GAETA, C.; MASETTO, M.T. **O professor iniciante no ensino superior: aprender, atuar e inovar**. São Paulo: Senac,2013.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LÉVY,P. **O que é virtual?** Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Ed.34, 1996.

LÉVY,P. **Cibercultura** Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo:Ed.34, 1999.

LIRA, M.M.C. A importância da aula do comércio na história da contabilidade portuguesa. **Revista Universo Contábil**. v.7, p.97-113, 2011. Disponível em: <<https://www.furb.br/universocontabil>>. Acesso em: 18 set. 2015.

MORETO, E.C.N, MENGATTO, A.P.F. **Da Escola Técnica ao Setor de Educação Profissional e Tecnológica – UFPR**: um pouco de história. UFPR, Universidade Federal do Paraná – Setor de Educação Profissional e Tecnológica, 2011. Disponível em: <[http://www.portal.ufpr.br/Historico\\_biblioteca\\_ET\\_SEPT.pdf](http://www.portal.ufpr.br/Historico_biblioteca_ET_SEPT.pdf)> Acesso em: 17 jun. 2015.

OTRANTO, C.R. **Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência E Tecnologia – IFETS**. 2010. Disponível em: <<http://www.celia.na-web.net/pasta1/trabalho19.htm>> Acesso em: 07 jun. 2015.

PELEIAS, I.R. *et al.* Evolução do ensino de contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Contabilidade e Finanças**. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v18nspe/a03v18sp.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

PEREIRA, M. F. R. **Trabalho, globalização e ideologia**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011

PIVA JR. D, **Sala de aula digital**. Uma introdução à cultura digital para educadores. São Paulo: Saraiva, 2013.

RAMOS, M. N. **Políticas e diretrizes para a educação profissional no Brasil**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011a.

RAMOS, M. N. **Educação profissional: história e legislação**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011b.

SAVIANI, D. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v.12, n.34, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a\\_v1234.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a_v1234.pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2015.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEED. Governo do Estado do Paraná. **Diretrizes da Educação Profissional**: fundamentos políticos e pedagógicos. Curitiba, 2006.

VEIGA, I.P.A.(Org) **Projeto Político-Pedagógico da Escola**: Uma Construção Coletiva. São Paulo: Papirus, 2002.

Enviado em: 01 dez. 2015  
Aceito em: 22 mar. 2016

Editor responsável: Mateus Gomes